



Davi afirma que PEC paralela deve ser votada até dezembro

Presidente do Senado também informou que a CPI Mista das Fake News, com 15 senadores e 15 deputados, será instalada na semana que vem. Presidência caberá a um senador e relatoria, a um deputado

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, anunciaram ontem, após reunião para discutir a PEC paralela da Previdência, que a proposta deve ser votada nas duas Casas até o fim do ano. O texto alternativo foi sugerido pelo relator da PEC da Previdência, senador Tasso Jereissati, para incluir estados e municípios na nova Previdência. Para Davi, a PEC paralela vai ajudar a equilibrar as contas estaduais.

Davi também afirmou

que a CPI Mista das Fake News será instalada na semana que vem. A presidência ficará com o Senado e a relatoria, com a Câmara. Os nomes, no entanto, só devem ser anunciados na segunda-feira. A comissão será composta por 15 senadores e 15 deputados, com igual número de suplentes. Também na próxima semana, o Senado deve analisar a PEC da Cessão Onerosa, que reparte recursos do pré-sal. Segundo Davi, já há entendimento dos líderes para a aprovação da proposta. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Em entrevista após encontro com Rodrigo Maia, Davi afirmou que a CPI Mista das Fake News será instalada semana que vem



Sindicalistas, Tasso (C) e o senador Paulo Paim, que promoveu o encontro

Relator da reforma da Previdência recebe demandas de sindicalistas

Tempo de contribuição e aposentadoria especial foram alguns dos temas discutidos ontem pelo relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati,

com sindicalistas. Também ontem, o texto de Tasso foi debatido em audiência na Comissão de Direitos Humanos, onde recebeu críticas. **3**

Médico e líder espírita recebe homenagem 2

Sessão especial marca 45 anos da Codevasf 2

Debate: é possível agricultura com preservação do meio ambiente

Especialistas defenderam ontem, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, que desenvolvimento agrícola e preservação andem juntos. **4**

Audiência aponta ineficiência de lei de segurança das barragens

Associações ambientais e atingidos por barragens apoiaram a criação de uma data nacional para refletir sobre a segurança das barragens. **4**

Tributos precisam ser mais simples, conclui reunião

A melhora do ambiente de negócios, o combate à desigualdade e uma distribuição justa de recursos passam pela reforma tributária. Essa foi uma das conclusões do debate promovido ontem pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a PEC que reformula o sistema. Os debatedores também defenderam a simplificação e a padronização dos impostos. **4**



Waldemir Borges/Agência Senado

Relator, Roberto Rocha ouviu Cesar Roxo, representante dos auditores-fiscais



Gabriel Maros/Senado Federal

O Conselho Editorial do Senado deu posse ontem aos seus novos integrantes, entre eles a escritora e designer Ana Luísa Escorel, o historiador Aldrin Figueiredo e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka (2ª à dir.). O senador Randolfe Rodrigues (C), presidente do conselho, disse que a pluralidade foi o

critério para a escolha dos nomes. — Diversidade de gênero, de regiões do nosso país, de valores e percepções culturais, de ideias e principalmente de opiniões. Em momentos em que se ameaça a democracia, é necessário afirmar cada vez mais a pluralidade de ideias — explicou Randolfe.



Ao lado de representantes da companhia e do senador Fernando Bezerra (D), Roberto Rocha (C) dirige sessão

Para especialistas, Codevasf promove integração nacional

Senadores lembraram os 45 anos da companhia, destacaram sua eficiência e pediram que, apesar de expandir sua atuação, a empresa não se desvirtue da função de desenvolver a região do São Francisco

O SENADO LEMBROU ontem, em sessão especial no Plenário, os 45 anos de criação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) destacou que a região do Polo Petrolina-Juazeiro teve apoio da Codevasf para melhorar as condições de plantio. De acordo com o diretor de Infraestrutura da Codevasf, Sérgio Costa, os perímetros irrigados atendidos geram R\$ 2,7 bilhões por ano.

O presidente da Codevasf, Marcelo Pinto, disse que quando a integração do São Francisco for concluída, levará água

para 12 milhões de pessoas em 400 municípios.

Roberto Rocha (PSDB-MA), que presidiu a sessão, defendeu a ideia de converter recursos arrecadados com multas ambientais em caixa para a companhia. Angelo Coronel (PSD-BA), definiu a empresa como um canal de integração dos estados. Ele elogiou a inclusão das Bacias do Araguaia e do Tocantins na área de atuação, mas pediu que não se deixe de olhar para o São Francisco.

Rogério Carvalho (PT-SE) disse que a Codevasf é e competente para contratar, licitar e executar obras. Para Izalci Lucas (PSDB-DF), ela é “mola

propulsora de desenvolvimento, com tecnologia de ponta no semiárido”. Eduardo Gomes (MDB-TO) destacou o know-how para agricultura familiar com técnicas rurais e irrigação.

Elmano Férrer (Podemos-PI) se posicionou contra a expansão dos limites de atuação.

— A Codevasf existe para o São Francisco. Não podemos desvirtuar os objetivos para os quais ela foi criada — advertiu.

Roberto Rocha respondeu que a parcela de investimentos em estados de fora da região do São Francisco é muito pequena, e que essa atuação é prevista por emendas de bancada ao Orçamento.

Sessão destaca pacifismo de Bezerra de Menezes

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, o médico Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti. Mais conhecido como Doutor Bezerra de Menezes, ou o “Médico dos Pobres”, ele foi um dos maiores expoentes do espiritismo no Brasil. O dia 29 de agosto foi

escolhido para a homenagem por ser a data em que o médico nasceu, em 1931.

Autor do pedido para a homenagem, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) definiu Bezerra de Menezes como grande pacifista e humanista do século 19. Além de médico

e escritor, ele também foi vereador e deputado e lutou por causas à frente de seu tempo.

— É uma trajetória brilhante, de muita superação. Ele levou muita luz para essa terra, como médico, como político libertário, um dos grandes responsáveis pela abolição da escravidão no Brasil, um político preocupado com o meio ambiente — destacou.

Nelsinho Trad (PSD-MS) lembrou a coragem de Bezerra de Menezes de defender o direito das pessoas de seguir o espiritismo em uma época na qual a doutrina não era aceita. O senador lembrou que o médico se dedicava a todos os pacientes, inclusive àqueles que não tinham como pagar pelo tratamento.



Ator Carlos Vereza (E), Nelsinho (4º à esq.), Girão e Confúcio Moura (D)

Novos membros do Conselho Editorial da Casa tomam posse

Tomaram posse ontem os novos integrantes do Conselho Editorial do Senado. Presidente do órgão, Randalfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a pluralidade foi critério para a escolha.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, foi empossada conselheira.

— Tenho orgulho de fazer parte de uma instituição que guarda um quinhão da sua atividade para a difusão da literatura — disse.

A escritora e designer Ana

Luísa Escorel e o historiador Aldrin Figueiredo falaram em nome dos conselheiros durante a posse.

Também farão parte do conselho Esther Bemerguy, Alcinéa Cavalcante, Ana Maria Machado, Ricardo Caichiolo, Cid Benjamin, Cristovam Buarque, Elisa Lucinda, Fabricio Ferrão, Ilana Feldman, Joãozinho Gomes, Ladislau Dowbor, Márcia Abrahão, Rita Potyguara, TT Catalão e Toni Carlos Pereira.

Bittar critica decisão do STF que anulou sentença da Lava Jato

Marcio Bittar (MDB-AC) questionou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular a condenação do ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil Aldemir Bendine. O senador disse que autoridades do mundo jurídico já afirmaram que a decisão dos ministros do STF é frágil.

— Quando eu vejo o Supremo Tribunal Federal tomar decisões como essa, eu paro e penso se, de fato, não é o momento de fazer com que essa CPI [dos Tribunais Superiores] prospere.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Não existe política para a Amazônia, afirma Zequinha

Zequinha Marinho (PSC-PA) criticou ontem o governo federal, por não ter uma política para a Amazônia, limitando-se a multar e reprimir, o que para ele, não é suficiente. Na opinião do senador, é preciso preservar a floresta, mas também cuidar das pessoas que lá vivem.

— Dentro daquela floresta, nós temos uma população de 20 milhões de brasileiros, uma das menores rendas per capita e um dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil e do mundo — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Reforma da Previdência

9h Audiência sobre Previdência e trabalho, com foco no relatório da PEC 6/2019.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL 52 anos do Senac-DF

14h Comemoração dos 52 anos do Senac-DF.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre

Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia

Segundo-vice-presidente: Lasier Martins

Primeiro-secretário: Sérgio Petecão

Segundo-secretário: Eduardo Gomes

Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro

Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze

Suplentes de secretário:

Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC paralela da Previdência deve ser votada ainda neste ano, afirma Davi

O relator da proposta principal da reforma, Tasso Jereissati, sugeriu a inclusão de estados e municípios por meio de um texto alternativo

OS PRESIDENTES DO Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, se reuniram ontem para fechar o acordo de votação da PEC paralela da reforma da Previdência nas duas Casas até o final do ano.

O relator da proposta principal da reforma (PEC 6/2019), Tasso Jereissati (PSDB-CE), sugeriu a inclusão de estados e municípios por meio de um texto alternativo que será analisado primeiramente no Senado.

Para Davi, a PEC paralela vai ajudar a equilibrar as contas dos estados. Ele ressaltou a importância do debate nas duas Casas, inclusive com os parlamentares da oposição.

— A gente estabeleceu essa agenda de trabalho, numa relação que tem sido de parceria e harmonia entre a Câmara e o Senado. O debate sobre o texto construído pelo senador Tasso ameniza a discussão sobre a inclusão dos governadores, mas também passa a responsabilidade para que eles façam as reformas em seus estados e municípios por lei ordinária, e não emenda constitucional, junto às suas assembleias e câmaras de vereadores.

Davi disse que setores da



Maia, Tasso e Davi fecham acordo para votação, que terá início no Senado

sociedade que antes resistiam à reforma da Previdência passaram a compreender a importância da medida. Para ele, foi esse entendimento que levou número expressivo de deputados a votarem favoravelmente à PEC 6/2019.

Ao lembrar que o Senado está acompanhando o assunto desde que o texto chegou à Câmara, em fevereiro, o presidente observou que os senadores têm o mesmo sentimento de responsabilidade com o país.

Rodrigo Maia disse que já tinha conhecimento da PEC paralela proposta por Tasso e considerou que a análise terá celeridade, por se tratar de proposta menos polêmica.

— Acredito que, da forma

como o relator colocou no texto a questão dos estados e municípios, facilita muito, e isso vai mostrar um engajamento dos governadores e de seus deputados, de forma transparente. Então, assim que o Senado votar a PEC paralela, a Câmara já começa as discussões, para avançarmos o mais rápido possível.

Cessão onerosa

Davi também informou ontem que a comissão parlamentar mista de inquérito para investigar a veiculação de notícias falsas, a CPI das Fake News, será instalada na primeira semana de setembro. O presidente do Senado disse que os nomes do presidente e

do relator da comissão devem ser anunciados na segunda-feira. Ele adiantou, no entanto, que a presidência do colegiado caberá ao Senado e, a relatoria, à Câmara.

Composta por 15 senadores e 15 deputados (e igual número de suplentes), a CPI terá 180 dias para investigar a criação de perfis falsos para influenciar as eleições do ano passado e ataques cibernéticos contra a democracia e o debate público.

A prática de *cyberbullying* contra autoridades e cidadãos vulneráveis também será investigada pelo colegiado, e o aliciamento de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A análise da PEC da cessão onerosa (PEC 98/2019) também será na próxima semana. Davi ressaltou que já há entendimento entre os líderes partidários para aprovação.

— Se fizermos a sessão do Congresso na terça, votaremos a cessão onerosa no Senado na quarta. Se votarmos a cessão onerosa na terça, faremos Congresso na quarta, para deliberar a pauta, composta por vetos e pelo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO — PLN 5/2019].

Paim destaca cobertura de veículos do Senado sobre a reforma

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou os quase 50 debates na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019). De acordo com ele, foi indispensável o sistema de comunicação do Senado — Rádio, TV e Agência —, pela cobertura instantânea e precisa sobre a proposta, que permitiu à população ficar informada sobre o assunto, que interessa a todos os brasileiros.

— Como se trata de um tema que envolve, no mínimo, a vida de 200 milhões de brasileiros — nem vou falar dos 210 milhões —, esta Casa tem que aprofundar o debate de forma tal que seja o instrumento de comunicação junto à sociedade.

Zenaide Maia diz que modificações não vão acabar com a crise

Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou ontem que o Senado precisa alterar alguns pontos do texto da reforma da Previdência. A senadora defendeu que não há necessidade para tanta pressa, uma vez que, na visão dela, as mudanças não resolverão a crise do país.

— Isso eu não me canso de dizer: quem tira o país da crise econômica é investimento nos setores que geram emprego e renda. Estamos aí com 30 milhões entre desempregados e subempregados. E a saída é tirar o direito de os trabalhadores se aposentarem? — indagou Zenaide.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores criticam relatório sobre mudança na aposentadoria

Participantes da audiência que debateu ontem a reforma da Previdência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) criticaram o relatório apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE). Para eles, as mudanças deveriam ser feitas no corpo da PEC 6/2019, e não em uma proposição paralela, que não tem garantia de aprovação na Câmara, o que pode até criar um ambiente de instabilidade jurídica.

— Sou contra a PEC paralela, sou a favor de uma reforma bem feita, com um texto polido, juridicamente estável — disse o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Cherulli.

Pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, Celso Malhani de Souza lamentou que o Senado tenha aberto mão de atuar como Casa revisora no processo legislativo, contrariando as expectativas da população, que esperava mudanças significativas. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), pediu esperança.

— O correto é fazer tudo numa PEC, mas se não passar, e se tiver PEC paralela, eu não posso jogar a toalha.

Para o presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Célio Fernando, antes de se tentar retirar direitos e dificultar o acesso à aposentadoria, o Brasil deveria discutir formas de obter o orçamento ideal para bancar essas aposentadorias. Único representante do governo, o chefe da Assessoria de Cadastros Previdenciários do Ministério da Economia, Alessandro Ribeiro, lamentou a retirada dos dispositivos que tratavam do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo ele, são necessárias regras mais claras que evitem o alto nível de judicialização, de ações civis públicas para acesso ao benefício. O trecho retirado, opinou, era importante porque conseguia equilibrar o quesito de miserabilidade, em um quarto de salário mínimo, e também considerava outras dimensões para atestar a vulnerabilidade das famílias.

A PEC precisa ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir a Plenário. A PEC paralela é uma sugestão de Tasso e só vale com apoio de 27 senadores.



Diego Cherulli fala em audiência pública conduzida por Paulo Paim (C)

Tasso recebe sindicalistas para tratar de pontos das alterações previdenciárias

O relator da reforma da Previdência (PEC 6/2019), Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu representantes das centrais sindicais ontem. O encontro foi organizado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS).

Entre os temas tratados, estão o cálculo do tempo de contribuição para a seguridade, aposentadorias especiais, como as dos vigilantes, e a PEC paralela sugerida por Tasso, que deverá ser votada ainda este ano pelo

Congresso. O relator explicou que há acordo firmado entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, para dar celeridade à tramitação.

Paim informou que um resumo das demandas mais sensíveis da categoria será enviado para análise de Tasso. Ele lembrou que todas as emendas serão recebidas pelo relator da reforma da Previdência em um evento marcado para terça-feira, no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Maior problema do Brasil é a corrupção, afirma Eduardo Girão

Eduardo Girão (Podemos-CE) ressaltou ontem que a maior crise do país não é a econômica, e sim, a corrupção. Ele lembrou a decisão da Segunda Turma do Supremo de anular a sentença do ex-juiz Sergio Moro, que condenou o ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras Aldemir Bendine a 11 anos de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

— A decisão foi tomada por uma questão técnica que abrirá as portas para que outros criminosos de colarinho branco possam se beneficiar nos seus respectivos processos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores defendem simplificação dos tributos

Especialistas disseram em audiência que a reforma tributária, prevista em proposta de emenda à Constituição, deve favorecer o combate à desigualdade e melhorar o ambiente de negócios no país

A SIMPLIFICAÇÃO E a padronização de impostos foram defendidas ontem em audiência que debateu a proposta de emenda à Constituição que reformula o sistema tributário (PEC 110/2019).

Reunidos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os debatedores afirmaram que os ajustes na repartição dos impostos favorecerão o combate à desigualdade social, a melhoria no ambiente de negócios e a justa distribuição de recursos para o desenvolvimento do país.

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip), Cesar Roxo Machado disse que as propostas de reforma tributária que tramitam no Senado e na Câmara são semelhantes

ao propor a unificação de tributos de consumo. Ele ressaltou que a existência de uma legislação única é muito mais eficiente que milhares de normas sobre tributos, como ocorre no Brasil.

— A PEC atende a esse apelo de grande parte da sociedade de simplificar o sistema tributário. Mas a PEC não ataca a regressividade do sistema e precariza o financiamento da seguridade social.

Machado ressaltou ainda que a carga tributária no Brasil equivale a 32,3% do PIB, sendo 50% da distribuição sobre o consumo, e 18% sobre renda.

Simplificação

O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz)

e secretário da Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles defendeu a simplificação das regras tributárias.

Ele explicou que o Comsefaz pretende apresentar uma proposta semelhante à PEC que tramita no Senado, mas totalmente independente, que já conta com o apoio unânime dos secretários de Fazenda das 27 unidades da Federação.

Fonteles ressaltou ainda que o Congresso não pode aprovar uma reforma sem envolver o ICMS, “que é o imposto mais complicado e que gera mais dano ao país.

Autor do requerimento de debate e relator da PEC, Roberto Rocha (PSDB-MA) apontou a necessidade de simplificar o sistema tributário. Ele reconheceu que há um grande desafio de compatibilizar tantos interesses na reforma.



Styvenson Valentim (2º à esq.) ouve Maria Luísa Borges Ribeiro

Especialistas pedem fiscalização do Congresso sobre barragens

Em debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ontem, representantes de associações ambientais e de atingidos por barragens se mostraram favoráveis à criação de um dia para refletir sobre a segurança das barragens, como previsto na Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334, de 2010). Mas disseram que é necessária também uma fiscalização maior do Legislativo.

A audiência atendeu requerimento de Styvenson Valentim (Podemos-RN), que presidiu a reunião. O senador explicou que, no Rio Grande do Norte, mais de dez barragens se encontram em risco de rompimento. A criação de um dia de reflexão serviria para que as tragédias não sejam esquecidas.

De acordo com Maria Luísa Borges Ribeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica, é preciso que se façam as barragens pensando no equilíbrio ecossistêmico e na qualidade da água. Ela sugeriu que o nome do dia seja Dia Nacional de Segurança da Vida nas Regiões de Barragens. Styvenson disse que aceitará a sugestão.

Maria Luísa afirmou que as leis ambientais brasileiras não são cumpridas, e uma data especial ajudaria a sociedade a cobrar respostas do governo.

Segundo o representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), João de Deus Medeiros, é preciso haver fiscalização maior do Legislativo. Ele afirmou que a Política Nacional de Segurança de Barragens ainda não foi implementada. Medeiros explicou que, atualmente, apenas um terço das barragens existentes no país estão cadastradas na Agência Nacional de Águas (ANA).

— Nós estamos falando que pelo menos 70 mil barragens existem hoje no Brasil e a maioria delas sequer é registrada no órgão que deveria coordenar o controle disso.

O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fernando Fernandes Damasceno Júnior, disse que hoje existe segurança jurídica para os empresários, mas não para os atingidos pelos crimes ambientais envolvendo as barragens.

Cientistas apoiam desenvolvimento sustentável

Em meio à repercussão internacional das notícias sobre os incêndios na Amazônia, pesquisadores e cientistas defenderam ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), que desenvolvimento agrícola e preservação ambiental podem caminhar juntos.

Eles estiveram no Senado para falar sobre o Acordo de Paris, assinado pelo Brasil e mais de 190 países, que estabeleceu metas para evitar o aumento da temperatura do planeta e seus efeitos. O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (em especial o dióxido de carbono, o CO₂) em 37%, até 2025, em relação aos níveis de 2005 — percentual que pode chegar a 43% em 2030. Segundo o representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, o plantio em áreas abertas e desperdiçadas no Brasil seria mais que suficiente para atender toda a demanda de produtos agropecuários para o mercado interno e externo.

— Nós temos quase 20 milhões de hectares subutilizados, já desmatados. Na minha perspectiva é quase imoralidade continuar o desmatamento.

A representante da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), Karen Cope, defendeu mais investimentos na Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC), que ela considera eficaz.

— Quais são os instrumentos que vão de fato levantar o



Karen Cope fala em audiência comandada por Fabiano Contarato (C)

capital necessário para implementação da política do clima que a gente tem para 2030 e 2050? Hoje o valor mobilizado é muito aquém do necessário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ações para atingir as metas de Paris custariam cerca de 1% do produto interno bruto (PIB) global. No ano passado, durante a COP-24, em Katowice, na Polônia, o governo anunciou que o Brasil não apenas cumpriu como antecipou sua meta nessa área, já atingindo o resultado esperado para 2020.

Queimadas

O número de focos de calor registrados na Amazônia é 60% mais alto do que o registrado nos três anos anteriores, de acordo com o Ipam. O aumento tem relação com o desmatamento, e não com uma seca mais forte, segundo Moutinho.

— Há uma correlação altíssima entre onde está o foco de incêndio com onde foi desmatado. A grilagem tem que ser punida porque senão quem vai perder é o agronegócio, quem

vai perder é o fazendeiro sério, o pecuarista sério — defendeu.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Gustavo Luedemann, as recentes queimadas na Amazônia devem servir de alerta para que o Brasil não aumente as emissões de CO₂.

— Alguns dizem que estão querendo que a gente volte a andar de carroça. Não é isso. A meta de redução de CO₂ foi estudada, não foi tirada do além.

O professor e pesquisador na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mauro Meirelles alertou para os impactos das mudanças climáticas.

— Se a Amazônia for queimada, o Brasil vai ter falta de chuva e acabar com a agricultura — apontou.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), lamentou o crescimento de correntes que tentam negar o aquecimento global e o papel dos humanos nas mudanças climáticas. A CMA vai produzir até o final do ano um relatório com recomendações para aprimorar a PNMC, destacou.

Styvenson cobra extradição de foragido brasileiro

Styvenson Valentim (Podemos-RN) cobrou ontem que o governo exija a extradição do foragido da justiça Arthur César de Menezes Soares Filho, conhecido como Rei Arthur, que está em Miami, nos Estados Unidos. Para o senador, é inaceitável o país ter que contingenciar dinheiro na educação, na saúde e na segurança, enquanto ele “aproveita a vida” com o dinheiro supostamente, saqueado do país.

— Se nós temos uma relação tão boa entre presidentes, que use dessa influência, use dessa boa relação para trazer esse bandido de volta para ele ser condenado aqui por crime, por organização criminosa, por corrupção.

Confúcio Moura resalta importância da primeira infância

Confúcio Moura (MDB-RO) ressaltou em Plenário que a educação de crianças e jovens é dever do Estado e que assistência à educação deve começar ainda na primeira infância, uma vez que os primeiros anos de vida são a base de formação do conhecimento. O senador convidou os prefeitos a aderirem ao Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania, que tem como objetivo o acompanhamento de saúde de gestantes e seus filhos até completarem os seis anos de idade.

— A educação começa ainda com o neném na barriga da mãe.



Jefferson Rudy/Agência Senado